



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638487 - SP (2021/0000413-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
**IMPETRANTE** : SANTIAGO PASQUETTE PERES  
**ADVOGADO** : SANTIAGO PASQUETTE PERES - SP408136  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RAGUINER SANTOS DE MELO (PRESO)  
**OUTRO NOME** : RAGUINER SANTOS DE MELLO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAGUINER SANTOS DE MELO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0002255-48.2017.8.26.0320).

O paciente foi condenado à pena de 9 anos e 26 dias de reclusão em regime fechado pela prática do delito de tráfico de drogas.

O impetrante sustenta que a elevação da pena em 1/3 em razão da reincidência específica teria sido excessiva, devendo ser reduzida a fração para 1/6.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a pena do paciente seja redimensionada nos termos delineados na impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente